

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.733.210 - DF (2018/0075156-9)**

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**RECORRENTE** : FERNANDO AUGUSTO VIEIRA FERNANDES  
**RECORRENTE** : VERA MARIA FERNANDES MOTA  
**RECORRENTE** : MARIA HELENA VIEIRA FERNANDES  
**ADVOGADO** : JUCIARA HELENA CRISTINA DE SOUZA BARROS -  
DF029778  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : RAFAEL SGANZERLA DURAND E OUTRO(S) - DF027474

## **EMENTA**

*RECURSO ESPECIAL. EXPURGOS INFLACIONÁRIO. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE PARA AJUIZAR AÇÃO CAUTELAR PROTESTO. AÇÃO APTA A INTERROMPER A CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. RECURSO ESPECIAL A QUE SE DÁ PROVIMENTO.*

## **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por FERNANDO AUGUSTO VIEIRA FERNANDES e OUTROS contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios assim ementado:

*CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTIVA. AJUIZAMENTO DE MEDIDA CAUTELAR DE PROTESTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. INTERRUÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. INOCORRÊNCIA. PRESCRIÇÃO RECONHECIDA. SENTENÇA MANTIDA.*

*1. Não compete ao Ministério Público pleitear a interrupção da prescrição, na qualidade de substituto processual dos titulares de cadernetas de poupança beneficiados pela sentença exarada na Ação Civil Pública nº 1998.01.1.016798-9, pois, além de a autoria da ação ser do IDEC - Instituto de Defesa do Consumidor, a legitimidade extraordinária do parquet em tutela coletiva se encerra com o trânsito em julgado da sentença, cabendo aos titulares do direito material exequendo promover eventual medida de interrupção da prescrição do cumprimento individualizado,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*por se tratar de direito individual, patrimonial e disponível.*

*2. Proposto o Cumprimento Individual de Sentença após o decurso do prazo de 5 (cinco) anos após o trânsito em julgado do título executivo exarado em Ação Coletiva, tem-se por caracterizada a prescrição da pretensão executiva.*

*3. Apelação Cível conhecida e não provida.*

Nas razões deste apelo, os recorrentes alegam violação dos artigos 202 e 203 do Código Civil, do artigo 867 do Código de Processo Civil, do artigo 5º, inciso I, da Lei 7.347/85 e dos artigos 82 e 97 do Código de Defesa do Consumidor. Sustentam que em "26/09/2014, data da propositura da Medida Cautelar de Protesto, foi interrompida a prescrição, na forma do disposto no artigo 202, Código Civil". Destacam que "a prescrição pode ser interrompida por qualquer interessado, sendo, por conseguinte, o Ministério Público legítimo para propor a cautela de protesto, tendo a mesma preenchido os requisitos necessários, interrompida está a prescrição". Pontuam que "Não se discute a legitimidade do Ministério Público na defesa dos direitos individuais dos consumidores e poupadores (artigo 82 do Código de Defesa do Consumidor), bem como a possibilidade do MP propor ação cautelar (artigo 5º, inciso I, da Lei 7.347/85)". Afirmam que "o Ministério Público é parte legítima para propor ação civil pública, podendo, inclusive, atuar na execução de sentença proferida em ação civil pública, conforme artigo 97 do CDC", não havendo razão "para que a ação de protesto interrompa o prazo prescricional, na medida que ela foi proposta seguindo todos os ritos processuais".

É o relatório.

Passo a decidir.

Este recurso deve ser provido.

Resta assente na jurisprudência deste Tribunal Superior que o Ministério Público possui legitimidade para o ajuizamento garantia dos direitos dos diversos poupadores lesados pela conduta de instituição financeira, nisto incluído a medida cautelar de protesto interruptivo do prazo prescricional. Neste sentido:

# *Superior Tribunal de Justiça*

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO COLETIVA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CADERNETA DE POUPANÇA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PRESCRIÇÃO. AJUIZAMENTO DE AÇÃO CAUTELAR PROTESTO. MINISTÉRIO PÚBLICO. LEGITIMIDADE. INTERRUPTÃO. OCORRÊNCIA. PRECEDENTES. RECURSO PROTELATÓRIO. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. O Ministério Público possui legitimidade para a propositura de ação cautelar de protesto, visando a interrupção do prazo prescricional para o ajuizamento da execução individual de sentença coletiva. Precedentes.

3. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência em relação a aplicabilidade do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, com observância da gratuidade da justiça.

4. Agravo interno não provido, com imposição de multa.  
(AgInt no REsp 1710202/DF, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/08/2019, DJe 21/08/2019)

AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. PRESCRIÇÃO. AÇÃO CAUTELAR DE PROTESTO. INTERRUPTÃO. MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE.

1. Ação civil pública.

2. O Ministério Público possui legitimidade para propor Medida Cautelar, visando a interrupção da prescrição do prazo para o ajuizamento da execução individual. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1753269/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/05/2019, DJe 29/05/2019)

Assim, o presente recurso deve ser provido para afastar a prescrição na

# *Superior Tribunal de Justiça*

espécie, pois reconhecida a legitimidade do Ministério Público para ajuizar medida cautelar de protesto interruptivo do prazo prescricional e a consequente interrupção do prazo prescricional, e determinar a devolução dos autos à origem para que o Tribunal de origem prossiga com o julgamento do feito.

**Nestes termos, DOU PROVIMENTO ao recurso especial.**

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**

